

Mudanças no plenário

GAZETA MERCANTIL

por José Casado
de São Paulo

Quando o Congresso Nacional recomençar suas sessões, em fevereiro, os plenários da Câmara e do Senado deverão ter outro desenho político.

Há uma ampla reforma partidária em curso. Ela está sendo balizada pelas seqüelas da recente eleição presidencial. E projeta-se sobre as tendências do pleito de outubro próximo para os governos estaduais, assembleias legislativas, a totalidade da Câmara e um terço do Senado.

Ao assumir o governo, em março, o presidente eleito Fernando Collor de Mello já terá que negociar seu "choque" antiinflacionário, por exemplo, com um Legislativo diferente: os maiores partidos — PMDB e PFL — não terão o mesmo poder de fogo que exibiram em todo o governo José Sarney; outros, como o PSDB, PT e PDT, estarão desempenhando papéis de relevo em qualquer tipo de negociação política.

"O PFL está dividido e o

PMDB se esfaleou internamente, com isso nós, que já temos a terceira maior bancada, vamos ser em breve o segundo maior partido no Congresso", previa ontem, em conversa com o repórter Milton Wells, em Porto Alegre, o senador José Richa, um dos líderes nacionais do PSDB.

Há, certamente, um tom excessivo de otimismo nessa avaliação. Mas há, também, uma análise realista do que está ocorrendo com os dois maiores partidos políticos do País.

O outrora grande PMDB mergulhou, de vez, numa seqüência de lutas internas, das quais, por enquanto, emerge como principal herdeiro do bloco mais unitário do partido o governador paulista Orestes Quércia.

Ontem, em São Paulo, Quércia deu uma eloqüente demonstração de força do seu grupo e de prestígio pessoal. Comandou uma solenidade de posse de 11 novos secretários estaduais que, de tão concorrida, lotou o Palácio dos Bandeirantes e congestionou o

trânsito nas imediações. Ele está sob fogo cerrado, simultaneamente, dentro e fora das fronteiras de São Paulo. Em nível nacional, pela oposição aberta que lhe fazem dois dos líderes da ala esquerda — o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o ex-governador Waldir Pires.

Arraes, que no mês passado chegou a anunciar a amigos sua virtual saída do PMDB, com 30 deputados federais, refez sua análise e decidiu continuar no partido até a eleição de outubro, quando deve disputar uma cadeira no Senado.

Pires, ontem, anunciou seu ultimatum à executiva nacional do PMDB: fica mais um mês esperando o início de um expurgo e uma punição a Quércia, que prega a renúncia coletiva do comando do partido. Como as duas coisas são improváveis, é possível que em fevereiro o PDT de Leonel Brizola receba Pires e cerca de 20 deputados federais.

"Estamos iniciando uma reforma que deve levar o partido, que sempre foi e

sempre será de centro-esquerda, a ser um instrumento a serviço da população e da modernização do País", retrucou Quércia, ontem, conforme relata a repórter Maria Luisa Teixeira.

Ele está, também, enfrentando uma oposição estadual. Seu vice-governador, Almino Affonso, deseja ser candidato ao governo do estado. Quércia, com um olho na renovação dos diretórios em março, sugere que seja feita uma prévia interna, em dois turnos. Almino não aceita e já pensa em levar sua candidatura e seu grupo de deputados para o PDT, que não possui base eleitoral em São Paulo.

O PSDB de Mário Covas tende a ser outro beneficiário dessas disputas internas no PMDB e no PFL, que se estendem por Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O senador Covas prevê a possibilidade de alianças estaduais, no primeiro turno da eleição de outubro, para consolidar essas conquistas. "Mas isso ficará a critério, exclusivamente, dos diretórios regionais", ressalva.

Na esquerda estão começando gestões significativas que podem alterar, em muito, o volume e o comportamento de suas bancadas federais, a partir de março.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, está acelerando suas negociações para a fusão com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Com 67 anos de história, o PCB ganha a perspectiva